



REDACÇÃO PRINCIPAL
ALEXANDRE VIEIRA
Propriedade da Confederação Geral do Trabalho
EDITOR — JOAQUIM CARDOSO

Redacção, administração e tipografia, Calçada do Combro, 38-A, 2.º
Lisboa—PORTUGAL
Endereço telegráfico: Talhadas-Lisbon • Telefone 5339 C.
Officinas de impressão—Rua da Atalaia, 114 e 116

A BATALHA

DIÁRIO DA MANHÃ—PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

Subsistências

Volta a falar-se de subsistências. Um novo messias surgiu. O povo vai ter de comer.

O sr. Francisco Trancoso, comissário dos abastecimentos, está a disposição de pôr tudo isto a direito. Achemos trabalho demorado para um homem só. No entanto, o sr. Francisco Trancoso parece estar convencido de que a sua força será suficiente para resolver todas as dificuldades, para lutar contra a legião de gananciosos que, dia a dia, vem arrancando a pele ao povo.

O sr. Trancoso sabe que tudo não anda fora dos eixos. «Depois—diz ele no *Diário de Notícias* de ontem—tenho que pôr tudo isto no chão, porque tudo isto está podre.»

Efectivamente está tudo podre. O comércio constitui hoje uma força tão poderosa que não há governo que se lhe possa impor. Se houvesse, os comerciantes tratariam de se fazer ministros. Ora, quando os governos se manifestam assim impotentes, de que força extraordinária não disporá o sr. Trancoso, simples comissário dos abastecimentos, para meter na ordem ricos e novos-ricos, burocratas e ministros, cujos interesses estão ligados à prosperidade do comércio, indústria e lavouro...

Realmente é preciso dispor de uma força colossal para pôr isto no chão.

Parece que o sr. Trancoso imagina que o mal-estar económico do país tem origem no assambarcamento e na irregularidade das remessas de géneros coloniais.

O sr. Trancoso, portanto, imagina que tudo se resolverá, combatendo o assambarcamento. Diga-se em abono da verdade que tais senhores ficam muitíssimo bem ao sr. comissário dos abastecimentos.

O acto de assambarcar é odioso, repugnante. Se há quem tenha atacado os assambarcadores somos nós... e o sr. comissário. Porém, reconhecemos igualmente que o assambarcamento tem apenas uma origem—a falta de produção.

Na falta de produção não falou o sr. Francisco Trancoso. Na nossa opinião é esse o ponto principal a atacar.

Imaginemos, no entanto, que o sr. comissário abolia com medidas sábias, inteligentes, extraordinárias...

ÓDIO... LEGAL

A questão dos contratados

Uma série de perguntas... que não terão resposta

Quando outra razão não houvesse para trazerem a público estes pedres da Caixa Geral dos Depósitos, havia esta: são os contratados homens de quem se abusa por uma cobardia de autoridade, mas de uma autoridade absolutamente despida de respeito pelos direitos alheios, de vergonha.

Apenas um coisa preocupa agora o Conselho de Administração: ganhar o bolo que tantos disputam, a Agência Financeira Portuguesa, no Rio de Janeiro.

São mais uns tantos por cento de lucro, para o benemérito Conselho; o pessoal, o pessoal continuará a morrer de fome ou pouco menos. Reclamam? Protesta? Rual!

Chegam-nos novas informações por igual curiosas: Há, ou deve haver, na Caixa Geral dos Depósitos um lugar de guarda-livros, cargo a que, pelo decreto n.º 7088, foi atribuída a remuneração de 295800 mensais. E pouco mais o facto é que o tal guarda-livros ainda lá não aparece! E talvez ao contrário da pescada, deixou de o ser, depois de ser... nomeado.

Em todo o caso seria interessante saber-se a razão justificativa de tal prolongada ausência? Haverá inconveniência na pergunta?

Há empregados que são dados como estando alguns no desempenho de comissões de serviço. Com certeza que se dão bem onde estão porque ninguém os vê. Mas de duas, uma: ou eles fazem falta ao serviço—e pergunta-se porque foram nomeados—ou não faziam falta na Caixa Geral dos Depósitos e, nesse caso, porque estavam lá?

O certo é, que estas factos ocorreram, e que as vagas se deram ainda não foram preenchidas. Se assim não foi, quem preencherá as vagas? Como e quem lhes paga?

Outra pergunta: Qual é o motivo da restauração do «Santo Ofício» na Caixa Geral dos Depósitos?

Compreendemos que qualquer pessoa que empreza, se interesse pelo pessoal que a serve, compreenda-se a existência de uma nota de informação. Mas...

rias, o assambarcamento. Admitamos essa hipótese. Acredita o sr. Trancoso que os géneros aparecem por aí com abundância? Parece-nos bem que não, e por uma razão simples: a falta de produção—repetimos—é que dá origem ao assambarcamento.

O sr. comissário dos abastecimentos não deve desconhecer que, num regime capitalista de abundância resulta a baixa de preços e vice-versa. Portanto, se os géneros são vendidos por altos preços é porque a abundância não existe.

O sr. Trancoso se quizer pôr isto no chão terá que ir ao lavrador e obrigá-lo a cultivar a terra que deixa criminosamente ao abandono; irá o sr. comissário, em nome dos interesses do povo, pedir ao sr. Liberato Pinto para licenciar os seus soldados, que estão fazendo falta na agricultura; exigirá do governo a abolição do exército; desviará para profissões mais úteis alguns milhares de funcionários, que nada produzem, etc., etc. Ou, não querendo o sr. comissário tomar estas medidas, aliás muito burguesas, deseará acaso a revolução emancipadora, entregando o país nas mãos do proletariado organizado?

Só este último caminho, cremos, conseguirá modificar para melhor as actuais condições de vida.

Nós, porém, não somos tam ingénuos que tomemos o pacífico comissário por algum revolucionário temível que, metido no comissariado, transforme, de *fonds en combles*, a sociedade presente com algumas penas. O sr. comissário não modificará a engrenagem burguesa, que trabalha só para burgueses; se o quizesse fazer não estaria a esta hora no comissariado mas sim no Limoeiro.

Não damos nada, pois, pela acção do sr. Trancoso. É possível que consiga—se conseguir—obrigar os carneiros a vender-nos alguns quilos de carvão de saudável memória; é possível que o sr. Francisco Trancoso possa arranjar as cousas de forma a levar o mercadeiro a vender-nos o azeite por menos um tostão em cada litro. Mas, que é isso, que representam paliativos dessa natureza?

O problema das subsistências só se resolverá quando aqueles que não trabalham não comam...

... não há na Caixa Geral dos Depósitos apenas esse interesse há também o propósito deliberado de vexar, de oprimir, de esmagar os que não convêm. Na C. G. D. as cousas não são precisamente como deviam ser.

Mensalmente, ou em períodos trimestrais, são dados informes do pessoal, sobre a sua competência, zelo, assiduidade, comportamento, etc...

Até aqui estaria bem, mas... como e por quem são coordenadas essas informações? Há sindicância aos actos dos empregados?

São os próprios administradores que de *visu* se informam do que vai, das qualidades, das aptidões, do zelo, ou da mandria do pessoal?

Não! Aquilo é muito bem feito! Tudo se passa no maior segredo!...

Não sabe o funcionário a quem exigir responsabilidades, quando a sua dignidade for ofendida!

Assim, as informações são uma arma para o Conselho de Administração correr da C. G. D. os funcionários que lhe não convêm.

No tempo do «Santo Ofício» não se fazia melhor... nem mais infame. Que lhes prestei que é possível que não seja por muito tempo...

Descanso semanal

Escrevem-nos de Cezimbra dizendo que o comércio começou a desrespeitar a lei do descanso semanal, abrindo os estabelecimentos ao domingo, restando durante aqueles dias os seus empregados.

É necessário que os empregados se unam a fim de resistir às pretensões desses cavalheiros, que não contentes em explorar o público e aqueles que os servem, durante a semana, ainda desejam continuar a exploração ao domingo.

Da Austria

Negociações para um grande empréstimo externo

LONDRES, 19.—O gabinete inglês está estudando a questão da ajuda financeira a prestar à Austria. A questão é urgente, e espera-se que se decida brevemente.

Os técnicos financeiros supõem que a Inglaterra tomará parte no empréstimo de sessenta e dois milhões e quinhentas mil libras que a Austria necessita. Ráido.

NOTAS & COMENTÁRIOS

Até as montanhas

abatem, nestes tempos de convulsão universal que vão correndo. Há poucos dias desfez-se o cume do monte Branco. A desagregação produziu-se na vertente italiana e parece não ter causado desastres pessoais. Um facto semelhante se produziu na noite de 11 para 12 de julho de 1892, dando origem a catástrofes de S. Gervásio. Por volta das duas da madrugada desprendeu-se uma parte do glaciário de Bionnassay, com um estrépito formidável, tombando sobre a torrente de Bionnay e formando, não tardaram a arrastar. A enorme massa de água, de rochas e de gelo precipitou-se sobre o Bon Nant, transqueceu o estreito vale com a velocidade do furacão e só se deteve para lá da planície de Salanches. Na sua espantosa marcha arrastou dezasseis aldeias e deixou abaixo parte do hotel dos Banhos, em S. Gervásio-le-Fayet sendo o número das vítimas considerável. Pois novamente dão os Alpes que falar de si. Isto indica que tudo caminha para o nivelamento, tanto a face do globo como as sociedades humanas.

A repressão em Espanha está sendo exercida com uma violência revoltante. Não são apenas as prisões, as deportações, o encarceramento dos sindicatos. E também a censura à imprensa, praticada duma maneira estúpida e feroz. Nem os artigos de Hamon, que *El Socialista* vem publicando, artigos onde aliás nada de sedicioso se contém, a menos que já seja considerada sediciosa a análise inteligente dos fenómenos sociais—nem esses escapam à tesoura censural. A burguesia espanhola está abusando demasiadamente da paciência do povo. Veremos se o futuro lhe não reserva qualquer breve surpresa.

Pensamento O Estado—seja nos lícito diz-lo—é muito antipático. Nada mais antipático do que uma abstracção dispensada e o Estado é essa abstracção. João Chagas.

Outro «truc» Depois do cabaz das bombas—uma pistola Os presos por questões sociais escrevem-nos a carta que segue, para a qual chamamos a atenção dos leitores.

Eis a carta: Camarada redactor.—Um assunto deveras importante nos faz vir de novo à lica, mas pela narração do mesmo se verá quantas infâmias e injustiças cometem, valendo-se de «trucs» grosseiros, como o de hoje, para mais oprimirem estes que estão privados da liberdade.

Hoje, domingo, os guardas desta cadeia, acompanhados do chefe e sub-chefe, vieram passar uma busca neste grupo, devido talvez a uma denúncia forjada, por quem terá interesse em nos ver sair desta cadeia; e tanto assim é que a prova se encontrará no que mais abaixo se descreve.

Depois de passada a busca foram chamados à secretária os camaradas Manuel Ramos, Bernardino Xavier, João Ferreira, Francisco Moura e Manuel Vieira, aos quais foi perguntado quem era o dono de uma pistola, que eles dizem ter encontrado dentro de um tacho, no quarto onde dormem estes camaradas. Como estes camaradas dissessem não lhes pertencer a pistola e como Manuel Vieira tivesse dito ser ele o dono do tacho, foi enviado para o segredo, o que representa uma infâmia, porque os presos não assistiram à busca. E do conhecimento de todos que tem tentado por várias formas fazer com que nós saíamos desta cadeia, usando para isso de processos infames, e como fazem parte dos guardas, indivíduos que, pelos seus credos políticos, são nossos desleais inimigos, daí o da-se o caso da célebre pistola, tam célebre já como o cabaz das bombas. Por isso entendemos que o camarada Manuel Vieira deve sair do segredo, onde injustamente se encontra, reclamando nós no entanto como é de direito às entidades competentes para que se ponha cõbzo a tanta violência e infâmia, pois não podemos estar sujeitos ao capricho deste ou daquele sicário. Se meteram o camarada Manuel Vieira no segredo, por que motivo, quando foi dito aqui que todos os presos do quarto queriam ir para o segredo, —o não fizeram? Por verem que era uma injustiça? Se assim é, porque é que este camarada não sai do segredo? O que não resta dividida é que há alguém que pretende à viva força que nós saíamos daqui para outro lado, e para o conseguiriam usar processos tam infames como o de hoje.

As cabaz das bombas, coisa fantástica, segue a aparição de uma pistola. O que se seguirá?

No entanto, pode o autor de tam infames actos ir participar aos donos que mais uma vez o plano falhou. Vossos e da causa—João José Filipe, pelos presos do grupo B.

AMANHÃ: Artigo de Hamon A Internacional Comunista de Moscovia e a sua autocracia

ABUTRES À SOLTA

Senhorios de maus fígados

A psicologia de Gadanho e outras cousas mais

Pagar uma renda de casa é hoje sacrifício pesadíssimo. Ter uma casa alugada a que se possa chamar nossa é uma raridade. Pode dizer-se que um terço da população de Lisboa vive na casa alheia, em parte de casa ou num simples quarto que serve de dormitório, casa de jantar, casa de banho e até de cozinha por vezes. As casas custam um dinheirão. Pede-se 100 e 150 escudos mensais, fora trespasse, por uma casa com meia dúzia de divisões; um quarto custa 25, 30 e 40 escudos; uma parte de casa custa tanto ou mais do que um andar inteiro. E neste ponto que se encontra a questão do local precioso. A renda da casa leva metade dos ordenados que se auferem; o comer leva a outra; o vestir e calçado levam o que se não tem, levam o resto...

E assim sobrecarregado que o trabalhador vive, se isto é viver. De quando em quando há senhorio benemérito, que não contente em roubar os salários até ao impossível, ainda os lança à rua, com filhos, trastes e tudo. Na rua tem de ficar aquele que tiver a pouca sorte de ser despedido, porque não se vê nem um escrito, porque não há canto disponível onde uma família se abrigue.

Casos de senhorios desumanos que saltam sobre todas as leis que se servem mesmo de agentes da polícia para arrastarem o inquilino e a mobília até ao meio da rua, já não tem conto. Em vários pontos da cidade se veem acampamentos miseráveis, mal cobertos por trapos, que deixam atravessar a chuva e a ventania que martiriza as carnes de crianças inocentes.

Quem tiver um coração bem formado, uma consciência sã, deve sentir-se revoltado, horrorizado ante tam bárbaros especuladores. Se não tivéssemos medo com os nossos próprios olhos essas cenas de miséria, não acreditaríamos na existência de homens tam covardes, de coração tam duro, que só pela ansia de amehalar mais uns cobres infligem semelhantes tormentos a famílias inteiras, compostas na sua maioria de menores, de crianças.

A nossa ida há dias ao Alto do Pina comoveu-nos primeiro e revoltou-nos depois. Vinte e oito pessoas sem abrigo, dormindo ao ar livre em colchões ensoopados pela chuva e pensando nos seus causadores desta miséria andam por aí, considerados por todos, sem o mínimo remorso a pesar-lhes na consciência.

O tal Gadanho, principalmente, segundo nos informam, tem alma de escarlate. Há pouco tempo era um simples mandante, hoje—a época prestes para fazer fortuna—é um capitalista.

«Este senhor — escreve-nos alguém — goza de grande protecção na fiscalização da Câmara Municipal e em certas repartições do Estado pelo motivo simples de ser um camaleão político, pois se faz de todas as cores, conforme as suas conveniências».

Foi este alto personagem que há bem pouco tempo despediu dois inquilinos e que quiz aumentar as rendas da vila Gadanho, ao que os inquilinos se opuseram, pedindo a intervenção do dr. Sobral de Campos, advogado do Conselho Jurídico da C. G. T.

São destas misérias que nós vemos todos os dias. Os senhorios que especulam, exploram, martirizam, ainda querem modificar a lei do inquilinato de maneira a poder dobrar de energia na prática de tantas infâmias.

Entretanto, os inquilinos dormem, parece que dispostos a vir viver, à maneira de povos bárbaros, acampados na praça pública e nos campos, cozihando, dormindo e comendo ao ar livre.

E lembarmo-nos que se chegou a este estado de cousas por culpa também dos inquilinos, que não tem sabido opor-se energeticamente às extorções que lhes fazem!...

Pro-Ferrovieiros do Estado Demitidos e Presos Para esta redacção devem ser enviados todos os informes respeitantes à situação das famílias dos ferroviários presos e demitidos, as notas do local em que residem, da prisão em que se encontram e das pessoas de família que cada um tinha a seu cargo.

Também pelos sindicatos operários podem ser enviados para esta redacção quaisquer documentos destinados ao mesmo fim.

Alinda os ferroviários que queiram utilizar o oferecimento de alguns camaradas que se propõem a receber as crianças filhas dos ferroviários demitidos ou presos, podem enviar as suas declarações, com indicação do sexo, idade e quaisquer outras que julgarem convenientes.

A Comissão. Fina a inscrição dos oradores, foi proposta à assembleia, pelo camarada Vitor Martins, a lista com os nomes das camaradas que deviam fazer parte da comissão organizadora dos trabalhos a encetar para a constituição da pretendida organização comunista. Sofreu algumas modificações pela assembleia, ficando definitivamente constituída a comissão seguinte: Manuel Ribeiro, dr. Sobral de Campos, dr. Campos Lima, dr. João de Castro, Carlos Rates, António Peixe, J. Nascimento Cunha, Joaquim Cardoso, Raul Baptista, Júlio de Matos, Vitor Martins, Sebastião Engenheiro, Aníbal de Vasconcelos, Eduardo Metzner, José Corvo, Araújo Pereira, Alberto das Neves e Carlos de Araújo.

Esta comissão já na quarta-feira às 20 horas dá a primeira reunião para encetar os primeiros trabalhos, e faz público que todas as pessoas interessadas na transformação da presente sociedade, podem enviar os alvíteres, que possam ser úteis à causa, para a Associação dos Caixeiros, Rua António Maria Cardoso.

Outra nova tática Ficou ontem concluída a discussão entre militantes operários sindicalistas e socialistas para a constituição dum agrupamento fora da organização sindical, que tem por fim reforçar tanto quanto possível a mesma organização e dar margem àqueles que pela sua profissão e situação especial não podem ingressar nos sindicatos a que possam dar o seu concurso à grande obra de remodelação social.

Aberta a sessão, pela mesa transacta, foi a mesma confiada ao camarada Raul Baptista, e secretariada pelos camaradas J. Nascimento Cunha e Aníbal de Vasconcelos. Começaram por fazer uso da palavra alguns camaradas que tinham ficado com a palavra reservada na sessão transacta.

Falaram mais, os seguintes oradores: António Peixe, Jerónimo de Sousa, Júlio de Matos, Mário Silva, Joaquim da Silva, Vitor Martins, Alberto das Neves, etc.

Um servidor da pátria O Estado paga muito bem aos seus servidores, sendo por isso de grande necessidade o aumento que em breve cairá sobre as costas do produtor.

Um soldado licenciado que teve de fazer serviço durante a greve ferroviária, de nome Vitor Alfai, e que há 2 dias foi licenciado novamente, desde Outubro até ao presente só recebeu de preta fabulosa importância de 1\$80!

Além disso mandaram-nos embora sem camisa, sem ceroulas e descalço, o que não é nada mau neste tempo frigidíssimo que vai correndo.

E digam-nos se isto não é ser novorico...

EM VOLTA DA GREVE FERROVIÁRIA

Um ministro moço de recados

Se outra vantagem a declaração da greve não tivesse, seria suficiente o ter ocasionado mais uma demonstração ostensiva da falta de carácter dos governantes e da falência moral que caracteriza o regime burguês, para estar justificada a sua razão.

Profunda foi a brecha que ela abriu nos arraiais políticos, levando alguns homens, que há longo tempo se acobertavam sob o manto das mais avançadas afirmações, cognominando-se de extremistas e nessa qualidade ocupando certos lugares de representação, à frente da direcção do Estado, a desmascararem-se, pondo a descoberto toda a lama de que os seus caracteres são formados. Foi por isso que o dr. Velhinho Correia depois de ter desempenhado um papel ridículo e humilhante perante o seu partido e perante o país, na Câmara dos Deputados fez afirmações absolutamente falsas, classificando a greve ferroviária de inoportuna e que fins reservados se pretendiam atingir com ela. Animou-o nessas declarações, a terminação que a greve teve e sobretudo a aparência de derrota, que momentaneamente a caracterizou.

O sr. Velhinho Correia, que desde a primeira hora que parlamentou com os ferroviários, só soube exteriorizar uma inconsciência pasmosa, nunca teve a mais leve noção das responsabilidades inerentes a um ministro, fazendo categóricas afirmações sobre os planos mais rasgados que o seu cérebro, aviado pelas grandezas do Poder, pôde conceber.

Assim, ele garantiu aos ferroviários compensação nos lucros, representação nos Conselhos de Administração e quejandas cousas, que outro qualquer homem de Estado teria o cuidado de metulosamente ocultar, para com elas solidificar a sua argumentação, logo que tivesse atingido a discussão sobre a possibilidade que as reclamações apresentadas teriam, de o Estado as atender.

Não podia, porém, o sr. Velhinho Correia sobrepôr-se à tancanhês da sua inteligência e dali o ter avançado demais, ao ponto de já não poder recuar —coadiuvou-nisso a sua absoluta falta de tacto político—aumentando a sua incapacidade, quanto mais pretendia insinuar-se no espírito dos ferroviários.

Feitas as suas temerárias e pouco cautelosas afirmações, seguidas da promessa formal de que o estudo das reclamações que lhe foram entregues em 1. de Setembro seria imediatamente iniciado, o sr. Velhinho Correia, três dias depois, tinha opinião contrária à primitivamente exposta, ou melhor, já não tinha opinião alguma, porque o Conselho de Administração dos Caminhos do Estado, composto na sua maioria por homens experimentados na política e presidido por uma velha raposa, reconhecendo-lhe a incompetência e a falta de energia, transformou-o em seu *moço de recados*, obrigando-o a transmitir à comissão ferroviária o que muito bem entendido, levando-o ainda a julgar como defensores dos interesses do país e do Estado as opiniões daquele Conselho.

Nisto foi o *ilustre* ex-ministro do comércio auxiliado pelo engenheiro Salvador Santos Viegas, nomeado, por quaisquer motivos, chefe do seu gabinete. Em 13 do mesmo mês transmitiu o sr. Velhinho Correia, aos ferroviários, o recado que lhe ensinaram.

«Nada de reclamações; ia-se proceder à revisão do decreto 5005 (Organização dos Caminhos de Ferro do Estado) e só por essa forma seriam um pouco melhoradas as condições económicas dos ferroviários».

Objectando-se-lhe que tal não seria aceite pelo pessoal, pois que a revisão levaria imenso tempo e não satisfaria foi respondido à Comissão, que ele ministro se encarregaria de convencer os ferroviários. Sendo-lhe comunicado, em 15, que o pessoal se recusava a aceitar a revisão do decreto sem outras condições, o sr. Velhinho Correia, manifestando mais uma vez a sua inconsciência, enverga a farda de capitão e lá vai de longada até ao Barreiro, apresentando-se em plena sessão magna do pessoal ferroviário do Sul e Sueste, onde, fazendo uso da palavra, como qualquer operário, repetiu o recado que pelo Conselho de Administração lhe fora recomendado, recado que os ferroviários ouviram com indiferença, manifestando um absoluto desdém por quanto o citado ministro afirmou.

Como resposta, ouviu dos ferroviários as mais eloquentes manifestações de desconfiança pelos políticos e pelas suas vaganças e nunca cumpridas promessas. Perante o pessoal ferroviário, a figura do sr. Velhinho Correia foi a mais desgraçada que um homem político pode fazer.

Procurou ainda salvá-lo, fazendo justiça a uma parte das suas más intenções, o signatário destas linhas, que com a sua argumentação lhe demonstrou as intenções reservadas do Conselho e a insensatez em as quererem impor ao pessoal, quando suas próprias se poderia chegar a uma conclusão satisfatória. Secundando as nossas palavras, produziu-se uma estrondosa manifestação de repulsa contra o Conselho de Administração, a qual o sr. Velhinho Correia assistiu impávidamente, e que outro homem teria interpretado como um sintoma claro da gravidade da situação criada pelos homens a quem estava entregue a administração dos Caminhos de Ferro do Estado.

Um único gesto feliz o sr. Velhinho Correia teve—retirar-se a tempo. Minutos depois, por entre a maior agitação, os ferroviários impõem-nos que ao governo fosse dado o prazo de cinco dias para atender as reclamações, findo o qual a greve se tornaria um facto.

Julgando ainda possível uma reconsideração do ex-ministro, opuzemo-nos tenazmente a que fosse marcado esse prazo, conseqüente, depois de muitos esforços e de quasi rompemos com a assembleia, que o referido prazo de cinco dias não fosse aprovado.

Evitámos assim a greve em 15 de Setembro, greve provocada pela inabilidade do sr. Velhinho Correia.

Como resposta a esta atitude—e depois do sr. António Granjo, na sala das sessões da câmara do Barreiro, ter tido com a comissão ferroviária uma prolongada conferência, onde fez largas declarações de liberalismo, muito impróprias dum ministro, seguida ainda duma outra com o sr. Velhinho Correia, pelas 22 horas do dia 13, em Lisboa—as estações, apeadeiros, rotundas, oficinas e armazéns dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste eram militarmente tomadas na madrugada do dia 20.

Triunfara o Conselho de Administração, tendo o sr. Velhinho Correia atingido a primeira etapa do seu calvário de *moço de recados* do mesmo Conselho e de *bode expiatório* das reservadas intenções da política vesga e sordida do classificado irrisoriamente—Partido Liberal.

Parece-nos que isto não teve o sr. Velhinho Correia a honrabilidade de contar aos seus colegas da Câmara dos Deputados...

Miguel CORREA

NOTA OFICIOSA

Bem prega Fr. Tomaz...

A VERDADE... OFICIAL

Recebemos do Ministério do Interior a seguinte nota oficiosa:

«O governo, coerente com as afirmações feitas na sua declaração ministerial, tem afirmado pelos seus actos e pelas suas palavras o respeito que lhe merece a imprensa, como sendo uma das mais nobres manifestações do pensamento, cujo livre exercício o governo assegura, nos termos da nossa legislação.

«Os casos que até hoje se tem dado com jornalistas, constituintes meros assuntos policiais de todo estranhos ao jornalismo».

Assim mesmo... com chavões e tudo... Este bonito, é mesmo das cousinhas melhores da literatura oficial, que ultimamente tem vindo a público. Temos muita pena, mas seria na verdade assim... se não fosse precisamente o contrário.

O governo, o sr. Liberato, ou lá quem é, defendem-se... Está certo, mas tenham a coragem das responsabilidades. Que diabo! Se é assim, tornem público o motivo das prisões de jornalistas que foram ordenadas, e são mandadas!

Mas o governo não é caps de fazer publicar a nota de culpa, e as provas em que ela se fundamenta! O governo ouçam bem!—o governo, não pode publicar a nota de culpa, porque ela é por tal maneira insignificante que será a prova mais concluinte da inocência de Manuel Ribeiro.

Provas... Se as tem, que as publiquem... Venham documentis!

Da Irlanda

Só há uma forma de solucionar o conflito e Lloyd George regeita-a

LONDRES, 19.—Na resposta ao último telegrama enviado a Lloyd George por um sacerdote de Lanagan, que se julga estar em estreitas relações com os sinn-feiners, Lloyd George enviou uma mensagem conciliatória oferecendo facilidades para consultar Arthur Griffiths, que desempenha o cargo de presidente dos sinn-feiners, expressando a esperança num rápido entendimento.

A este telegrama, o aludido sacerdote respondeu que a única maneira possível de caminhar para a paz seria o tratar directamente com o representante oficial da nação irlandesa, o presidente de Valera.

Lloyd George respondeu asperamente a esta comunicação declarando que com bom senso do seu entendimento, mas que se o único caminho para a paz é o reconhecimento da República Irlandesa e o entrar em negociações com qualquer pessoa que se designa a si próprio como presidente da república, assim a questão não se pode resolver, e não é por meio de assassinatos e violências que se poderá caminhar para a paz.

Continua-se a trabalhar pela paz, como o prova a decisão da Câmara dos Comuns, prolongando o prazo de acção, para a Irlanda do Sul, de Home-Rule.

Haverá reuniões entre representantes do governo e representantes eleitos da Irlanda para ver se chega a um acordo.

Ráido.

TRABALHADORES: Lede e propagai a BATALHA

A SUPER-PRODUÇÃO

Como produzir mais?

Melhorando as condições de vida do operário?
Aumentando as horas de trabalho?

Andam alarmadas as gentes, pela verificação desta simples fórmula: aumento do custo de vida, diminuição de produção.

Está claro que toda a gente vê com a mais revoltante clareza que a culpa, toda a responsabilidade, agravada ainda com um propósito manifesto de criar dificuldades aos governos, cabem exclusivamente aos operários.

Ora vamos lá ver como na verdade deve ser encarado este estado de coisas e a quem na verdade devem ser atribuídas as responsabilidades, quem tem na mão o remédio.

Primeiro ponto: Quem provocou a carestia da vida? Estou ouvindo mil vozes escangarilhadas em um brado unânime... «foi a guerra». Não foi tal. Anteriormente à guerra o nosso viver era na verdade melhor, mas durante a guerra ninguém cuidou dos dias que haviam de vir... Gastámos loucamente, sem medida, sem restrição de qualquer natureza, isto quando lá fora se economizava quase com avareza. Nós não sentimos a guerra. Não a sentimos porque interviemos nela por conveniências dos partidos políticos, e não por uma razão nacional (se assim o queremos); não sentimos a guerra, pois enquanto a carne de alguns homens que de cá foram era estrangalhada pela metralha alemã, a batota, a especulação, as desvergonhas políticas, estrangalhavam as consciências dos que ficavam cá; a esta metralha sobreviveu absolutamente indolente o «sem vergonha» o «sem consciência», o «batoteiro» e o «novo rico» os dois mascarados algumas vezes de banqueiros.

Das coisas que mais até hoje me impressionaram, uma foi o paralelo que pude um dia estabelecer entre dois medalhões da frente de França, e dois dandys heróis em mais de uma carga no Cais das Cebolas... Aparentavam uns vergonha, outros... descaído; uns remorsos de mil mortes infelizes, criminosas, os outros a ignorância apenas consciente do mal que haviam feito. Não foi a guerra quem nos fez a vida cara, foi o novório e o novório só foi possível pelo desleixo e, em grande número de casos, pela complexidade dos governos. Portanto foram, em última análise, os governos quem nos trouxe a vida cara.

Segundo ponto: Como regressar a um viver normal? Produzindo mais.

Terceiro ponto: Como produzir mais?

Convém não tomar como bom o critério de que um menor consumo equivale a um aumento de produção. Não é assim. Um operário que se não alimenta tanto quanto seja necessário nunca será capaz do mesmo esforço que produziria se se alimentasse por uma forma conveniente. A alimentação deficiente arrasta infelizmente o excesso de fadiga, o deparamento físico, o raquitismo, toda uma série de males que cedo invalidam o operário para qualquer esforço embora mesmo inferior ao normal. A diminuição de consumo implicando, indirectamente, uma duração maior das disponibilidades de gêneros, implica, com maior certeza ainda, dentro de um curto pe-

ríodo de tempo, impossibilidade absoluta de trabalho.

Não é pois diminuindo o consumo, que mais eficazmente se promoverá a melhoria das condições de vida. É indispensável produzir mais.

Como? Colocando o operário em condições de poder trabalhar mais. Se porém o operário não ganha agora o suficiente para alimentar-se razoavelmente para lhe querer exigir que ele trabalhe mais? Parece-me estar vendo as caras radiantes dos que não trabalham: «Querem então mais salário?» Porque não, se o actual não chega?

Mas o operário não é exigente. Arranjam-lhe, um pouco mais barato, carvão, azeite, pão, carne, peixe, legumes, de tudo um pouco mais barato, acabe o processo de elevar os preços logo que se anuncia a alta do salário, e o operário viverá então com o que ganha. Que o honrado lavrador se resolva a não ganhar 100% na mercadoria, que o intermediário roube menos, que o comerciante não leve a pele, e o operário, que não pede por muito, mais, porque lhe assiste esse direito, deixará de exigir.

Mas não acontece assim, todos querem cada qual acumular mais depressa, e o operário, por agora, limita-se à defesa... se a causa se tornar descaída de mais, então...

Em julho do corrente ano elaborou um bem fundamentado parecer sobre «A carestia da vida»; desse parecer, consta o orçamento da despesa de uma família de quatro pessoas o qual acusa uma taxa de 110\$53; ora, de então para cá mais do que duplicaram os preços dos gêneros essenciais.

Por culpa de quem? Que nos importa? se não é nossa a culpa porque havemos suportar-lhe as consequências? Que os responsáveis padeçam, visto que são culpados. Padeça quem quiser.

O operário entre viver com fome, fugir daqui, tirar para si o que precisa, ou exigir, adoptava em geral o recurso dos fracos: fugir, emigrar; agora adopta outro recurso: exige; amanhã, se o apertarem muito, tirará para si o que precisa; o que por certo não fará e resignar-se a morrer estupidamente de fome, para que outros levem vida larga, descaída de tudo o que não seja a sua conveniência.

E os zelosos pela pátria que pedem em altos brados um dique para a emigração dos trabalhadores, fariam muito melhor, se fôsem para casa cuidar de suas vidas, ou caso só para ali lhes puxe a «tinteta», se resolvessem a precatar-se um pouco menos com política e um pouco mais com estudos na verdade conducentes a uma outra vida, que em nada se assemelhe a este viver que por suas omissões nos impõem.

Mas, não querem dar mais salário? Não querem que os operários emigrem? Estudem a forma de os prender à terra, à oficina, por outra maneira que não seja por uma corda de força.

Considerem o operário uma máquina? Pois a máquina alimenta-se também, e se a não alimentam... vai pelos ares, mas... ai de quem estiver ao pé...

João da BEIRA.

Funcionários das colónias

encontram-se na mais extrema miséria e reclamam melhoria de situação

Antigamente ia um indivíduo para a África a fim de ganhar mais algum vintém. E se já noutro tempo raro era aquele que conseguia o suficiente para pagar a passagem para a metrópole, hoje não se ganha nem para comer. Os funcionários e operários do serviço do Estado, nas colónias encontram-se na mais extrema miséria. Tão grande é o mal-estar que sendo aqueles funcionários de índole pacífica, paciente mesmo, ousaram fazer ao Estado as suas reclamações. Estava colocado entre os dois extremos: reclamar ou morrer de fome. Reclamaram.

Reclamaram aumento de vencimento os funcionários e operários de S. Tomé e Príncipe. O governo daquelas ilhas recebeu-os com sete pedras na mão: o governo central não tratou, não quis saber do caso. Declararam-se em greve, única arma de que podiam dispor para defender os seus interesses. Foram guardados, caluniados, tratados como cães. E assim que o Estado trata aqueles que para ele trabalham.

Na província de Angola também os vencimentos são miseráveis, a vida é impossível. Os funcionários daquela província fizeram igualmente as suas reclamações. Não sabemos, no momento, em que escrevemos, se foram atendidos. Provavelmente que não o tivessem sido.

Publicaram aqueles funcionários um manifesto, expondo a sua situação angustiosa. Temos um exemplar desse manifesto sobre a nossa banca de trabalho e, para elucidação dos nossos leitores, dele vamos recortar alguns períodos que se referem às suas reclamações. O que segue é parte da moção que o manifesto transcreve, aprovada em assembleia magna:

1.ª Conservação do vencimento de categoria estabelecida pelo pessoal da 1.ª, 2.ª, 3.ª, 4.ª, 5.ª, 6.ª, 7.ª, 8.ª, 9.ª, 10.ª, 11.ª, 12.ª, 13.ª, 14.ª, 15.ª, 16.ª, 17.ª, 18.ª, 19.ª, 20.ª, 21.ª, 22.ª, 23.ª, 24.ª, 25.ª, 26.ª, 27.ª, 28.ª, 29.ª, 30.ª, 31.ª, 32.ª, 33.ª, 34.ª, 35.ª, 36.ª, 37.ª, 38.ª, 39.ª, 40.ª, 41.ª, 42.ª, 43.ª, 44.ª, 45.ª, 46.ª, 47.ª, 48.ª, 49.ª, 50.ª, 51.ª, 52.ª, 53.ª, 54.ª, 55.ª, 56.ª, 57.ª, 58.ª, 59.ª, 60.ª, 61.ª, 62.ª, 63.ª, 64.ª, 65.ª, 66.ª, 67.ª, 68.ª, 69.ª, 70.ª, 71.ª, 72.ª, 73.ª, 74.ª, 75.ª, 76.ª, 77.ª, 78.ª, 79.ª, 80.ª, 81.ª, 82.ª, 83.ª, 84.ª, 85.ª, 86.ª, 87.ª, 88.ª, 89.ª, 90.ª, 91.ª, 92.ª, 93.ª, 94.ª, 95.ª, 96.ª, 97.ª, 98.ª, 99.ª, 100.ª.

2.ª Emissão de novo documento de exercício e criação duma subvenção uniforme para todos, ou dividida para dois grupos, sendo um de empregados propriamente ditos de carteira e outro de pessoal menor e operários, para o que deverá ser desde já autorizada o governo geral de Angola.

3.ª Baixar a taxa do desconto aos funcionários civis para a caixa de aposentadorias, de 5 para 2,5%.

4.ª Mandar vigiar no Ultramar, com a devida adaptação, a lei da metrópole que aliabolou os pesados aumentos de encargos que se chamam imposto de mercês ou «camarins» e são, sendo substituídos por um nome de imposto de rendimento.

5.ª Medidas de protecção em relação ao abastecimento para evitar dificuldades futuras no funcionalismo e maiores encargos ao Estado com sucessivos aumentos de vencimentos. Uma dessas medidas de protecção pode consistir em a criação de um Depósito Geral de gêneros e fazendas em Luanda a cargo da Cooperativa dos Funcionários Públicos ou da Câmara Municipal e, a medida que for possível, a criação de Depósitos Distritais, devendo, para tudo e para nada, o Estado ou o Município, não se dispõem a dispor da Cooperação que for incumbida do assunto. Esta importância recolhida ao cofre do Estado quando deixar de haver necessidade de Depósitos.

6.ª Desamargar e pedir, que Sua Excelência o Ministro responda com a maior brevidade às urgentes e inadiáveis aspirações da 1.ª e 2.ª desta moção, em vista da sua extrema miséria.

7.ª Que esta medida seja extensiva aos seus colegas de S. Tomé e Príncipe, que se encontram em luta, caso estes não tenham pedido outras, diversas das contidas nesta moção e que o Governo Central já lhes tenha concedido ou venha a conceder.

Os funcionários e operários que aprovaram esta moção apresentada ao governo da província, estão animados dos mais pacíficos propósitos, não se lançando na luta senão no último extremo, caso pretendam esmagar a sua causa justa ou a dos seus camaradas de S. Tomé e Príncipe.

Instituto de Cegos Branco Rodrigues ESTORIL

A Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito de Lisboa, apreciando a obra de assistência deste Instituto e tendo em vista a sua carência de recursos, resolveu na sua última sessão, em 15 do corrente, contemplá-lo com o donativo de 50\$000.

São relevantes os serviços prestados por este Instituto à educação das crianças cegas. Ainda neste mês foram admitidos três alunos que preencheram as vagas de outros três que completaram a sua educação, concluindo o Curso de Piano, no Conservatório de Lisboa, terminando o Curso Superior, alcançando a máxima classificação de 20 valores (distinção e louvor) e obtendo todos o diploma de professores.

Dois destes alunos obtiveram colocação: um, em Guimarães, como organista, e outro em S. Bartolomeu de Messines, onde ganham a sua vida; e o que concluiu o Curso Superior de Piano, ficou regendo a orquestra do Instituto e ministrando o ensino musical aos alunos cegos.

A carestia das subsistências veio aumentar as precárias circunstâncias do Instituto e se não houvesse os auxílios que espontaneamente tem sido prestados, impossível seria continuar a manter-se.

Basta dizer que o exíguo subsídio concedido pelo Estado (58 escudos mensais) é absorvido pelas propinas, selos de matrículas e cartas de exame, que tem de se pagar no Conservatório.

São 26 os alunos ali matriculados. Ao todo tem sido feitos pelos alunos cegos, desde 1912 a 1920, nas Escolas Oficiais, no Liceu Passos Manuel e no Conservatório de Lisboa, além de 74 passagens de ano, 112 exames, com outras tantas aprovações e com 65 distinções.

Casa do Povo de Campolide

Um grupo de operários conscientes e organizados, do bairro de Campolide, lançou a ideia da fundação de uma Casa do Povo, cujos fins são a realização de conferências, palestras, sessões de propaganda e espectáculos por um grupo dramático com peças de teatro livre e racional.

A todos os trabalhadores manuais ou intelectuais assim como aqueles que se encontram emancipados da tutela paternalista com as ideias e que queiram dar a sua adesão àquela iniciativa, podem dirigir-se a Carlos Marques, rua de Campolide, 354.

A BATALHA

Coliseu dos Recreios

HOJE - às 21 horas - HOJE

Grande companhia de circo

ESTREIA

do célebre e aplaudido artista

LEOPOLDO (Léonsson)

em equilíbrios sobre trapézio

a 15 metros de altura

O maior sucesso de toda a temporada

do Circo Parish de Madrid

Novos trabalhos do arrojado domador

FORTUNIO

4-FEROZES LEÕES-4

Vida Sindical

COMUNICAÇÕES

Distribuidores de jornais. - Reuniu esta classe em assembleia magna para apreciar um conflito levantado pelos chefes de venda e de expediente do jornal «A Batalha», os quais não compareceram a esta reunião apesar de para isso serem convidados especialmente e tendo sido diminuído o número dos mesmos, motivo porque além deste facto ainda foi por estes rejeitada uma proposta indicando o salário a incluir nas reclamações pró aumento de salário. Tratou-se de vários assuntos, sendo aprovado enviar do cofre deste sindicato a quantia de 10\$00 para auxílio aos camaradas ferroviários do S. S.

CONVOCAÇÕES

Federação Nacional da Construção Civil. - Para tratar de assuntos pendentes e urgentes, reúne hoje o Conselho Federal, pelas 20 horas.

Sindicato Ferroviário. - Convidase todo o pessoal a reunir hoje, pelas 20 horas, na sede do Sindicato, a fim de se apreciar a situação das camaradas demitidas e suspensas. Tornase muito necessária a presença de todos que puderem comparecer, especialmente os que se encontram sem trabalho.

Compositores tipográficos. - Reuniu ontem a comissão de delegados das casas de obras pró-aumento de salário, tomando resoluções de carácter reservado.

A comissão reunirá hoje, novamente, às 21 horas prefixas, juntamente com os delegados dos impressores e Federação do Livro e do Jornal.

Para amanhã, terça-feira, são convidados todos os empreiteiros das casas de obras a comparecer junto dos delegados, a fim de apreciar e trocarem impressões sobre os estudos feitos.

Operários alfaiates. - Amanhã, pelas 21 horas, reúne a assembleia desta classe para tratar das oficinas sindicais e outros assuntos pendentes da última assembleia, entre eles, o relatório do delegado que foi a Coimbra.

Comissão das oficinas sindicais. - Para ultimar o relatório, reunem amanhã, às 19 horas, esta comissão com os agregados.

Litógrafos e anexos. - Reúne na próxima quarta-feira, pelas 20 horas, em assembleia geral, a classe sindicada, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.ª Apreciação do relatório e contas da gerência do ano corrente; 2.ª Eleição de novos corpos gerentes para o ano futuro; 3.ª Assuntos diversos.

Operários de Limpeza e Sanidade Pública. - Reúne hoje a comissão administrativa deste sindicato, pelas 19 horas. Pede-se a comparencia de todos os componentes, para tratar de assuntos urgentes e inadiáveis.

“O Reivindicador,”

Com este título, deve sair à luz da publicidade, em Beja, no dia 1 de Janeiro, um novo quinzenário que se propõe divulgar a propaganda sindical naquela cidade e arredores, principalmente nos grandes centros de população rural. Sendo a iniciativa louvável, merece ser auxiliada por todos aqueles que aspiram a uma sociedade livre.

Recebem-se desde já assinaturas e bem assim colaboração de alguns camaradas, que acaso o queiram fazer, podendo enviar a correspondência a João da Rosa Júnior, Estrada da Circunvalação, Beja.

Queixas e reclamações

Somos informados que no dia 12 do corrente foram mandados apresentar com urgência, a fim de prestar serviço, no Parque Automóvel Militar, os chauffeurs desta unidade, interrompendo-lhes assim as licenças prorrogáveis por 15 dias que estavam gosando há cerca de um mês, não tendo mesmo alguns atingido aquele tempo.

Succede que até hoje ainda lhes não foi dado serviço algum da sua especialidade que justificasse o chamamento urgente, empregando-os em transporte de táboas às costas, limpeza, guardas, etc., não os deixando ir a suas casas dormir, dizendo que por motivo de prevenção e ordem superior, ao passo que as praças das classes de 1917 e 1918, domiciliadas fora de Lisboa, já foram para casa. Os chauffeurs chamados são quase todos da classe de 1917 e alguns já prestaram serviço tanto em França como em África, estando a vencer diariamente \$60, que nem sequer lhes chega para a casa.

Estão, pois, na contingência de não poderem sustentar as famílias, pois são quase todos casados, assim como de perder os lugares que desempenhavam nas casas onde estavam colocados.

OS QUE MORREM

FUNERAIS

Realizam-se hoje os seguintes funerais: de D. Julia Maria Pereira Costa, às 15 h. da rua Luciano Cordeiro, 36; de José Quaresma Monteiro, às 14 h. da rua de S. Mamede, no Caldas, 47; de D. Esmeralda Baptista Guimarães, às 14 h. do hospital de S. José, de Beja; de D. Euzébia dos Santos, às 15 h. da travessa da Bela Vista, 8; de D. Teodósia Constantino, Teles, às 16 h. da rua Maria Pia, 125.

CONFERENCIAS

Associação dos Fragateiros

Realizou ontem na Associação dos Fragateiros uma interessante conferência sobre cooperativismo, o sr. Francisco Duarte Salvador, que foi muito aplaudido.

TEATROS & CINEMAS

Reclamos

Mais uma noite de concorrência vai ser de hoje, no Nacional, donde se repete a peça «A Pecadora».

«Mergulhão, Renda, Serra e Amâncio» disputam no Coração grego primarias de arte com as esplêndidas scenas que expressamente pintaram para esta encenação a peça que Aura Abranches realiza na 5.ª feira a sua festa artística com a excepcional colaboração do seu antigo colega Mario Duarte, que por especial deferência se prestou a desempenhar um dos mais interessantes papéis. O Coração grego, que foi um dos grandes êxitos do Estádio, de Madrid, e considerado a obra prima de Martinez Sierra. Quarta-feira desce-se «A Migalha».

«A revista do Apolo não tem um minuto em que o espectador não esteja satisfeito e alegre. O Burro em pé excede tudo quanto dele se possa dizer. E tem sido pelo seu sucesso que a empresa resolveu dar a noite de sábado, de hoje, a peça dos dias de Natal e Ano Bom, com a árvore do Natal e brindes aos pequenos espectadores.

«Hoje, em espectáculo da moda, estreia-se no Coliseu dos Recreios, o célebre e aplaudido artista Leopoldo, chefe da família Lecourson, que, a 15 metros de altura, fará equilíbrios sobre trapézio, número que fez o maior sucesso de toda a temporada do Circo Parish de Madrid. O célebre arrojado domador Fortunio fará sensacionais trabalhos com os seus magníficos e ferozes leões que todas as noites são entusiasticamente aplaudidos pela enorme assistência que frequenta a vasta casa de espectáculos.

CARTAZ DO DIA

NACIONAL - A's 21,15 - «A Pecadora».

SÃO LUÍZ - A's 21 - «A Leteira d'Entre Arco».

A's 15 - Matinée - Grandioso Festival de Beethoven pela Orchestre Blanch.

GINÁSIO - A's 21 - «A Garras».

POLETEMA - A's 21 - «A Migalha».

A's 15 horas - Concerto sinfónico.

TRINDADE - A's 21,15 - «A Primeira Causa».

AVENIDA - A's 21,15 - «Amigo do seu amigo».

EDEN - A's 21 - «Bom dia, revista».

APOLLO - A's 21 - «Burro em pé, revista».

COLISEU DOS RECREIOS - A's 21 horas, Companhia de Circo, ginástica, acrobacia e música.

A's 14 horas, matinée.

SALÃO FOZ - A's 19,30 - Companhia de variedades.

GIL VICENTE - Hoje - Miss Orlas.

Variedades e Animatografos - Salões: Olympia, Central, Condes, Chado Terrace, Anjos, Trindade, Promotora, Portugal, e Cinema Paris, Ideal e Chantier.

A BATALHA

Diário da manhã

Porta-voz da organização operária portuguesa

Assinaturas

(Pagamento adiantado)

Em Portugal, colónias portuguesas e Espanha: 3 meses, 4\$50; 6 meses, \$9,00; 1 ano, 18\$00. Em Lisboa: 1 mês, 1\$50. Território da união postal: 6 meses, 10\$50; 1 ano, 21\$00.

Pedidos de assinaturas e de quaisquer obras da secção de livreria de A Batalha e o envio de quaisquer quantias, devem ser feitos a Administração, bem como todas as reclamações.

Publicações

Recebem-se na administração de A Batalha e em casa dos seus agentes das províncias, nas agências Haas, Bastos & Gonçalves, Rádio e demais agências de anúncios. Não se publicam comunicados e anúncios com acusações a particulares ou a vida privada de qualquer pessoa.

Correspondência

Relativa à redacção deve ser dirigida a Alexandre Vieira, redactor principal de A Batalha. Não se restituem os autógrafos.

Redacção e Administração

Calçada do Combro, 38-A, 2.ª LISBOA-PORTUGAL

A' Rapaziada!!!

As valentes e péras!



Botas pretas, para homem, 15\$75 e 15\$50 e 15\$75.

Botas brancas, As Valentes, a 15\$75.

Botas Pretas, duas solas, a 15\$75.

Sapatos, para senhora, a 11\$50, 14\$50, 15\$00 e 10\$00.

Grande variedade de calçado para criança, e de luxo para senhora.

Para a frente de que 6111 Venham ver os nossos preços!

Fornecedores dos empregados dos Caminhos de Ferro Portugueses e do Sul e Sueste e da Cooperativa dos empregados do «Diário de Notícias».

SAPATARIA S. ROQUE

16, Largo Trindade Coelho, 17 (Antigo Largo S. Roque)

ALBERTINO LOPES

Manufactor de calçado. Rua Gomes Freire, 150, ric.

Mapa geográfico da Rússia e do Oriente Europeu

Explendindo trabalho em magnífica cartolina impresso a quatro cores

DO ADRIÁTICO AO PACÍFICO

PREÇO 1\$00

Pedidos à administração da BATALHA

CURSO DE COMERCIO EM 2 ANOS

Aulas diurnas e nocturnas

1.º ano - Português, francês, Aritmética, Comércio e Caligrafia.

2.º ano - Português (correspondência comercial), francês (correspondência comercial), Aritmética comercial. Escrita comercial, dactilografia.

Mensalidade 10\$00 esc.

- Matrícula permanente -

Filial em Lisboa da Escola Comercial Pereira de Sousa, Porto, Rua da Boa Vista, 102, LISBOA.

Vapor ZAIRE

Saíra no dia 22 de Dezembro, para Madeira, S. Vicente, Praia, Príncipe, S. Tomé, Cabinda, Zaire, Luanda, Ambriz, B. Velha, Ambrizete, Quissanga, Boma, Noqui, Matadi, Landana, Mucula, Mussera, com tráfego em Luanda, N. Redondo, Lobito, Benguela, Mossamedes, B. Tigres e P. Alexandre.

Vapor BEIRA

Saíra no dia 2 de Janeiro para Madeira, S. Tomé, Luanda, Lobito, Mossamedes, Cabo, Lourenço Marques, Beira e Moçambique; e para Inhambane, B. Dias Chinde, Quelimane, Angoche, P. Amelia, Ibo, e Tunge com tráfego.

Para carga, passageiros e quaisquer esclarecimentos dirigir-se aos escritórios da Companhia Nacional de Navegação

Em Lisboa, Rua do Comércio, 85, No Porto, Rua da Nova Alfândega, 34.

ESTABELECIMENTOS

Sede: - 31, Rua Fernandes da Fonseca, 33

1.ª Sucursal: - Rua dos Poiais de S. Bento, 74, 74-A

2.ª Sucursal: - Rua do Corpo Santo, 20

3.ª Sucursal: - Rua do Arco Marquês de Alegrete, 50, 58

GRANDE OFICINA DE GESTEIRO

VENDA POR JUNTO E A RETALHO

Fazem-se com perfeição e rapidez:

Móveis de verga e cadeiras, cestos de todas as qualidades, concertos.

Há sempre grande sortido de cestos em todos os feitios.

Única casa que, em Portugal, aceita grandes encomendas por preços sem competência.

Calçada do Monte, 31 LISBOA

Peral & Fernando, Limitada

MERCADORES

Ex-empregados da casa Pinheiro

Participam aos seus conhecidos e a público em geral que abram o seu estabelecimento na rua da Prata, 82-84, com um sortido enorme de fazendas para vestidos de senhora e fatos de homem.

Peral & Fernando, Limitada

Rua da Prata, 62-65

Aos alfaiates

Retalho novo de lã. Pagamento sem na Rua das Escolas

Gerais, 28, 30.

CLINICA DENTÁRIA

BARROS MARINHAS

Extracções dentes por anestesia especial. Colocação dentes fixos e com placas.

25-Rua da Assunção - 25 (Esquina da R. da Prata)

SIFILIS